

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PRÁTICA FORMATIVA E CIDADÃ NOS CURSOS SUPERIORES

ODS 4

Educação de qualidade

Danilo Luiz da Silva (Universidade de Taubaté - UNITAU)
Cristovam da Silva Alves (Universidade de Taubaté - UNITAU)

Resumo

Este artigo analisa a importância das atividades de extensão universitária na formação profissional e cidadã dos estudantes de cursos de ensino superior, diante dos desafios contemporâneos que exigem uma formação comprometida com a transformação social, a sustentabilidade e o desenvolvimento de competências variadas. Diante da exigência legal da inclusão da extensão na matriz curricular dos cursos de graduação e da necessidade de integrar teoria e prática à realidade social, buscou-se compreender como tais ações contribuem para o aperfeiçoamento de competências técnicas e socioemocionais, fortalecendo o compromisso ético e social dos futuros profissionais e reforçando o papel das instituições de ensino superior na formação integral, crítica e comprometida dos estudantes, bem como na promoção da cidadania e do engajamento comunitário. A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem teórica e documental, baseada em revisão de literatura e análise de documentos, diretrizes do FORPROEX e legislações educacionais. A análise foi organizada em três eixos: fundamentos legais da extensão universitária, seu papel formativo e cidadão, e as aplicações e benefícios práticos no contexto dos cursos de ensino superior. Os resultados revelam que a extensão promove vivências que ampliam a visão de mundo dos estudantes e contribuem para a formação crítica e ética, possibilitando a atuação na transformação da realidade. Conclui-se que as ações extensionistas representam um instrumento estratégico e integrador na formação acadêmica em cursos superiores, demandando fortalecimento dos projetos pedagógicos, além da ampliação de oportunidades para que os estudantes atuem como protagonistas em experiências extensionistas interdisciplinares colaborativas, consolidando o compromisso social da universidade.

Palavras-chave: Extensão universitária; Formação profissional; Ensino superior.

Introdução

No cenário atual do Ensino Superior brasileiro, observa-se a crescente valorização de práticas pedagógicas que promovam a articulação entre teoria e prática, diante da necessidade de formar profissionais tecnicamente qualificados e socialmente comprometidos. Essa demanda está presente nos cursos superiores,

cujas especificidades exigem formação voltada à competência técnica, à compreensão crítica da realidade e à capacidade de intervenção social responsável.

Nesse contexto, a extensão universitária surge como componente a fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação dos estudantes. Os programas e projetos de extensão servem para que acadêmicos e professores possam vivenciar essa articulação entre universidade e sociedade, partilhando e aplicando os conhecimentos adquiridos na sala de aula (Azevedo; Modolo e Silva, 2021).

A incorporação da extensão como elemento obrigatório nos currículos dos cursos superiores, conforme previsto na Legislação Educacional vigente, reforça sua importância enquanto lugar de vivência, experimentação e aplicação dos saberes construídos na sala de aula. Por meio de projetos, programas e ações voltadas à comunidade, os estudantes são desafiados a lidar com problemáticas reais, a ampliar competências socioemocionais e a construir postura ética e cidadã diante dos desafios profissionais. Para os cursos superiores, as vivências devem considerar a natureza prática da área e seu vínculo direto com setores estratégicos para a contribuição social, econômica e ambiental.

Nesse processo, a extensão configura-se como local de promoção da cidadania ativa ao estimular nos participantes o senso crítico, a consciência social e o engajamento como sujeitos potencializadores de transformação. Para Melo Neto (2004), a vivência extensionista deve superar a prestação de serviço, promovendo a formação de cidadãos críticos e conscientes, comprometidos com a realidade que os cerca.

Entretanto, apesar do reconhecimento normativo da extensão e dos benefícios já apontados por experiências institucionais, são relativamente escassos os estudos a explorar suas contribuições no âmbito dos cursos de ensino superior. Isso justifica a realização desta pesquisa, cujo propósito é analisar de que forma as atividades extensionistas impactam a formação dos estudantes, sob a ótica profissional e cidadã, estimulando sua visão de mundo e sua capacidade de atuação socialmente transformadora.

As ações extensionistas assumem papel imprescindível ao oferecer experiências que permitem aos estudantes tornarem-se protagonistas de sua

formação, comprometida com a realidade social. Tal perspectiva exige a reestruturação dos currículos, com vistas à integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão; orientada pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e pelos Planos de Desenvolvimento Institucional - PDIs (Mello; Almeida Neto; Petrillo, 2021).

Este artigo tem como objetivo geral analisar a importância das atividades de extensão universitária para a formação profissional e cidadã dos estudantes dos cursos superiores, destacando suas contribuições para a integração entre teoria e prática e para o fortalecimento do vínculo com a comunidade. Para isso, são adotados os seguintes objetivos específicos: identificar as principais diretrizes da extensão universitária no Ensino Superior brasileiro e sua relação com a formação cidadã; analisar as contribuições das atividades de extensão para o aperfeiçoamento de competências técnicas e socioemocionais nos estudantes; e refletir sobre os desafios e possibilidades de ampliação das ações extensionistas no currículo dos cursos de ensino superior.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica e documental, realizada por meio da revisão de literatura. Foram utilizados documentos, legislações, produções científicas e obras de referência a tratar da extensão universitária, das diretrizes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), da Resolução CNE/CES nº 7/2018 e de autores que abordam a formação cidadã e a relação entre universidade e sociedade. A análise foi organizada em três eixos: fundamentos e aspectos legais da extensão; seu papel formativo e cidadão; e as aplicações e benefícios observados na prática.

A estrutura de organização da análise serviu de base para as seções deste artigo: a primeira apresenta os fundamentos legais e conceituais da extensão universitária no Brasil; em seguida, discute-se o papel formativo e cidadão da extensão, destacando suas contribuições para o desenvolvimento dos estudantes; por fim, são analisados as aplicações práticas e os benefícios da extensão no contexto dos cursos de ensino superior, apresentando as considerações finais e apontamentos para estudos futuros.

Revisão da literatura

Extensão Universitária: Fundamentos e Aspectos Legais

A extensão universitária configura-se, atualmente, como um dos pilares da Educação Superior, ao lado do ensino e da pesquisa, sendo reconhecida por seu potencial de promover a transformação social e fortalecer a formação acadêmica dos estudantes. Ao proporcionar a aplicação do conhecimento nos contextos reais e promover a aproximação entre universidade e sociedade, a extensão contribui para a consolidação da formação ética e comprometida com as demandas sociais. Dessa forma, compreender seus fundamentos e marcos legais é primordial para reconhecer seu papel estratégico no progresso acadêmico e na responsabilidade social das instituições de Ensino Superior.

Ela assume papel de destaque no processo de ensino e aprendizagem e na relação dialógica entre as instituições acadêmicas e a sociedade. Seu caráter interdisciplinar e a articulação com o ensino e a pesquisa contribuem para a formação estudantil, proporcionando a aproximação com a realidade social e com os desafios contemporâneos. Nesse contexto, a extensão constitui-se como prática transformadora, conforme estabelece o documento a orientar sua atuação nas universidades nacionais (Brasil, 2012, p. 15):

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade.

No Brasil, a extensão universitária é regulamentada por diretrizes que definem seu papel estratégico no contexto acadêmico. Por meio de normas específicas, são estabelecidas as bases a orientar como as atividades extensionistas devem ser integradas aos currículos dos cursos superiores, garantindo existir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, o Artigo 3º das Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira (Brasil, 2018) caracteriza essa atividade, destacando sua natureza interdisciplinar e seu potencial transformador:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da

aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

As atividades extensionistas são orientadas por princípios que visam consolidar a interação entre a universidade e a sociedade, promovendo a transferência de conhecimento acadêmico e o intercâmbio de saberes em um processo dialógico. Essas diretrizes ressaltam o compromisso das instituições de Ensino Superior com a formação cidadã e com o incremento de práticas educacionais a transcender os limites tradicionais do ensino, consolidando-se como prática interdisciplinar e integradora, conforme disposto nas Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira (Brasil, 2018):

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Para assegurar o cumprimento da função social das universidades e fortalecer a formação discente, a Legislação Educacional Brasileira estabelece parâmetros mínimos para as atividades extensionistas no Ensino Superior. Tais critérios buscam garantir que essas atividades sejam integradas ao currículo dos cursos de graduação, assegurando a todos os estudantes o acesso a experiências práticas e transformadoras durante seu percurso acadêmico. Essa exigência fica explícita nas Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira, quando essas determinam Art. 4º que: “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (Brasil, 2018).

A institucionalização da extensão universitária nas diretrizes nacionais também contempla a definição das formas pelas quais essas atividades podem ser difundidas no âmbito dos cursos de graduação. Para haver integração entre

universidade e sociedade, é necessário que as ações extensionistas estejam organizadas em modalidades específicas, previstas nos projetos pedagógicos dos cursos e alinhadas com as demandas sociais e educacionais. A regulamentação dessas modalidades encontra-se descrita na Resolução nº 7 (Brasil, 2018):

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços.

Parágrafo único. As modalidades, previstas no artigo acima, incluem, além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam a políticas municipais, estaduais, distrital e nacional.

Diante do exposto, afirma-se que a extensão universitária ocupa lugar de destaque na estrutura da Educação Superior brasileira. As diretrizes para regulamentar sua prática reforçam o compromisso com a educação crítica, dialógica e comprometida com as transformações da realidade. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, as instituições de Ensino Superior fortalecem sua função social e ampliam as possibilidades de formação dos estudantes. A seguir, será abordado o papel formativo e cidadão da extensão universitária, demonstrando como suas práticas contribuem diretamente para o aperfeiçoamento de competências e valores à atuação profissional e à cidadania.

2.2 Papel Formativo e Cidadão

A formação acadêmica no Ensino Superior deve superar a transmissão de conteúdos técnicos e científicos, incorporando dimensões éticas, sociais e culturais que contribuam para o progresso formativo e cidadão dos estudantes. Nesse cenário, a extensão universitária destaca-se como caminho para integrar conhecimento acadêmico e realidade social, oferecendo oportunidades de aprendizagem e de exercício da cidadania.

A extensão universitária, ao promover a articulação entre universidade e sociedade, constitui-se como estratégia pedagógica para a formação discente, promovendo a aplicação prática do conhecimento técnico e potencializando a construção da consciência crítica, ética e socialmente comprometida. Nesse sentido, as instituições de Ensino Superior assumem uma responsabilidade que extrapola a

formação profissional, voltando-se à formação cidadã, orientada por valores como justiça social, solidariedade e responsabilidade coletiva. Essa perspectiva é demonstrada por Sobrinho (2015) ao destacar que cabe às instituições educativas formar sujeitos capazes de atuar criticamente no mundo, apoiados em conhecimentos e princípios éticos alinhados às necessidades sociais contemporâneas.

A atuação extensionista no Ensino Superior tem impacto na formação dos estudantes e transforma a prática docente. Ao promover o contato direto com realidades diversas e com demandas sociais, a extensão exige dos educadores postura reflexiva, crítica e inovadora. Esse movimento rompe com a lógica tradicional do ensino centrado na transmissão de conteúdo, estimulando novas abordagens pedagógicas colaborativas e contextualizadas.

Nesse sentido, revela-se o papel formativo da extensão para docentes e discentes, como demonstra Silva (2012), uma vez que provoca reflexões sobre a prática docente ao questionar os modelos pedagógicos tradicionais e propor novas formas de ensinar alinhadas com a realidade social. Essa mudança contribui para a formação dos estudantes em termos técnicos e no fortalecimento de aspectos éticos e de valores humanos ao longo de sua trajetória no mundo do trabalho.

No âmbito da extensão universitária, a formação cidadã está relacionada ao reconhecimento e à valorização dos contextos sociais e culturais nos quais os estudantes estão inseridos. Esse reconhecimento fortalece uma educação a partir da realidade dos sujeitos, promovendo aprendizagens imprescindíveis e socialmente comprometidas. Ao considerar os saberes populares e os territórios como pontos de partida para a construção do conhecimento, a extensão alinha-se a uma pedagogia crítica e libertadora. Tal concepção é expressa por Freire (2000, p.86) ao afirmar que:

O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. “Seu” mundo, em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo.

Assim sendo, a extensão universitária representa um campo formativo, capaz de articular competências técnicas, valores humanos e compromisso social no processo de aprendizagem. Ao reconhecer os estudantes como sujeitos ativos na construção do conhecimento e na intervenção em contextos reais, ela amplia os

horizontes da formação superior e contribui para a consolidação da educação ética e cidadã. Explora-se a seguir as formas de aplicação da extensão universitária e os benefícios decorrentes de sua inserção nas práticas acadêmicas e na vida das comunidades atendidas.

2.3 Aplicações e Benefícios da Extensão

A extensão universitária, ao articular saber acadêmico e práticas sociais, assume o compromisso social das instituições de Ensino Superior; ela representa, em outras palavras, um campo de experimentação e inovação pedagógica no qual o conhecimento é produzido e aplicado em diálogo com as necessidades da sociedade. Por meio de programas, projetos e ações diversas, possibilita o envolvimento de estudantes, professores e técnicos em iniciativas que geram impacto social, enriquecendo os processos formativos no ambiente acadêmico.

As atividades extensionistas, quando integradas ao cotidiano acadêmico, proporcionam experiências a ampliar os horizontes da comunidade universitária. Ao favorecer a inserção dos estudantes, docentes e técnicos em contextos sociais diversos, a extensão rompe as barreiras físicas e simbólicas da universidade, promovendo a troca de saberes e a construção coletiva de soluções para demandas reais. Esses processos reforçam o compromisso social da instituição, enriquecendo a formação acadêmica e humana dos envolvidos; nesse sentido, Biondi e Alves (2011, p. 220) afirmam que a extensão universitária tem o objetivo de “ampliar a visão de mundo do aluno, do professor e do funcionário que participam das atividades, é pela prática extensionista que o contato com mundo além-muros se torna mais maleável”.

Ela apresenta, ainda, uma série de benefícios institucionais e sociais. Ao promover a aproximação entre a universidade e os diferentes contextos nos quais está inserida, a extensão contribui para o fortalecimento do papel social da Educação Superior, estimulando práticas voltadas à transformação da realidade local. Do ponto de vista institucional, suas ações podem gerar impactos positivos na organização curricular, na qualificação dos cursos e na integração entre ensino, pesquisa e extensão. Os efeitos são percebidos na formação estudantil e no aprimoramento da própria universidade, como demonstrado por Scheidemantel, Klein e Teixeira (2004, p. 2):

As vantagens da extensão são inúmeras: (i) conhecimento da realidade da comunidade em que a universidade está inserida; (ii) prestação de serviços e assistência à comunidade; (iii) fornecimento de subsídios para o aprimoramento curricular e criação de novos cursos; (iv) fornecimento de subsídios para o aprimoramento da estrutura e diretrizes da própria universidade na busca da qualidade; (v) facilita a integração ensino-pesquisa-extensão; (vi) possibilita a integração universidade-comunidade; (vii) possibilita a comunidade universitária conhecer a problemática nacional e atuar na busca de soluções plausíveis, dentre outras.

Analisando os impactos gerados pelas ações extensionistas, observa-se que a extensão universitária desempenha papel no fortalecimento da função social da Educação Superior: ao integrar teoria e prática, universidade e comunidade, ensino e compromisso cidadão, contribui para a qualificação acadêmica transformando as realidades locais. Seus benefícios alcançam os sujeitos envolvidos diretamente nas atividades, as instituições de ensino e os contextos sociais nos quais estão inseridas. Na próxima seção, será apresentada o método utilizado para a elaboração deste estudo.

Método

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de abordagem teórica e documental. A investigação foi desenvolvida com base em revisão de literatura especializada e análise de documentos institucionais e normativos, tais como as diretrizes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), a Resolução nº 7/2018 do CNE/CES e o Plano Nacional de Educação (PNE), entre outros.

Resultados e discussão

A análise dos documentos oficiais, como a Resolução CNE/CES nº 7/2018, evidencia que a extensão universitária passa a ser componente curricular obrigatório em todos os cursos de graduação, com no mínimo 10% da carga horária dedicada a essas atividades. Essa exigência normativa reforça o papel da extensão como um eixo estruturante do ensino superior brasileiro, aproximando o conhecimento acadêmico das demandas sociais e promovendo a formação de cidadãos críticos e engajados.

As diretrizes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) contribuíram com princípios orientadores que reforçam a conexão entre ensino, pesquisa e extensão, enfatizando a inserção comunitária das instituições de ensino superior. Tais regulamentações indicam que a extensão não deve ser tratada como atividade acessória, mas como componente estratégico da formação integral.

A partir da literatura analisada, verifica-se que a extensão universitária possibilita a articulação entre teoria e prática, promovendo aprendizagens que extrapolam o ambiente acadêmico e ampliam a compreensão crítica dos estudantes sobre o papel social de sua formação. Os autores consultados, como Melo Neto (2004) e Mello, Almeida Neto e Petrillo (2021), defendem que a extensão contribui para o desenvolvimento de valores como a ética, a solidariedade, o respeito à diversidade e o compromisso com a transformação social.

As ações extensionistas assumem um caráter formativo que favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, trabalho em equipe e resolução de problemas reais, aprimorando habilidades técnicas específicas relacionadas ao curso de ensino superior.

A análise evidenciou que os cursos superiores se beneficiam diretamente da extensão universitária, por seu caráter aplicado e voltado à solução de problemas concretos da sociedade e do mercado.

A participação dos estudantes em atividades extensionistas contribui para a valorização de competências transversais, como planejamento, comunicação, análise crítica de dados e uso de tecnologias. Essas vivências ampliam a visão de mundo dos discentes, fortalecem sua autonomia e os preparam para atuação ética em ambientes organizacionais diversos.

Considerações Finais

A análise realizada neste estudo permitiu compreender que a extensão universitária é um instrumento imperativo na formação profissional e cidadã dos estudantes dos cursos de ensino superior. Ao integrar-se ao ensino e à pesquisa, a extensão universitária proporciona possibilidades de aprendizagem, promovendo o aperfeiçoamento de competências técnicas e socioemocionais, fortalecendo a

responsabilidade social e o compromisso ético dos futuros profissionais com as realidades nas quais irão atuar.

A vivência extensionista permite aos estudantes compreenderem, os impactos sociais, ambientais e econômicos de diversas áreas de atuação profissional, promovendo uma ação estratégica, sustentável e comprometida com o território onde estão inseridos.

Na revisão de literatura, observou-se que a Legislação Educacional Brasileira tem avançado no sentido de consolidar a extensão como parte estruturante da formação superior. As diretrizes, ao estabelecer sua obrigatoriedade nos currículos, reforçam sua preponderância em aproximar a universidade da sociedade, contribuindo com soluções para demandas, promovendo a formação de cidadãos críticos, participativos e comprometidos com a transformação social. Destaca-se a função da extensão como ponto de partida para processos de inovação social, promovendo ações intersetoriais entre universidade, setor produtivo e comunidade local.

Foi possível analisar as principais diretrizes e fundamentos legais da extensão universitária, bem como refletir sobre seu papel formativo e cidadão, de modo a inferir seus impactos positivos no desenvolvimento dos estudantes, cuja natureza prática beneficia-se de experiências extensionistas. A articulação entre teoria e prática, mediada pelas ações de extensão, mostrou-se decisiva para ampliar a visão de mundo dos alunos. Essas ações contribuem também para o desenvolvimento de habilidades de liderança, resolução de problemas e comunicação, competências imprescindíveis ao perfil profissional demandado pelo mercado de trabalho.

Embora perceba-se avanços normativos e pedagógicos, ainda existem desafios sobre a consolidação de uma cultura extensionista em todos os cursos de ensino superior. Nesse sentido, recomenda-se que as instituições de ensino fortaleçam seus projetos pedagógicos, garantindo que as atividades de extensão estejam integradas de forma orgânica aos currículos, favorecendo a interdisciplinaridade e o diálogo constante com a comunidade externa. Recomenda-se investir na formação continuada dos docentes, para que estejam preparados a planejar, executar e avaliar atividades de extensão em diálogo com os conteúdos

curriculares, contribuindo para uma cultura extensionista que proporcione resultados positivos para estudantes, instituições de ensino e comunidade local.

Como sugestão para futuras pesquisas, propõe-se o aprofundamento de estudos de caso sobre práticas extensionistas, a fim de identificar metodologias e indicadores de impacto social e acadêmico. Outra possibilidade são pesquisas envolvendo a percepção de estudantes e egressos sobre a contribuição da extensão na sua trajetória profissional, voltadas a investigar os resultados dessas ações formativas.

Referências

AZEVEDO, A. P. Z.; MODOLO, A. K.; SILVA, L. M. G. E. Extensão universitária: relato de experiência de um trabalho interdisciplinar entre saúde e educação. **Em Extensão** (ISSN: 1982-7687), Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 85-98, jan.-jun. 2021.

BIONDI, D.; ALVES, G. C. A extensão universitária na formação de estudantes do curso de Engenharia Florestal – UFPR. **REMEA**, Carreiros, v. 26, p. 209-224, jan./jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. Manaus, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um encontro com a pedagogia do oprimido. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MELLO, C. M.; ALMEIDA NETO, J. R. M.; PETRILLO, R. P. **Curricularização da extensão universitária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

MELO NETO, J. F. de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

SCHEIDEMANTEL, S. E.; KLEIN, R.; TEIXEIRA, L. I. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte**. Ed. 2. Belo Horizonte. set. 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos5.pdf>. Acessado em: 16 abr. 2025.

SILVA, L. D. **A administração da extensão universitária nas IES particulares: limites e potencialidades na visão dos gestores.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: UMESP, 2012.

SOBRINHO, J. D. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social de Campinas-SP. **Revista @SciELO**, v. 20, n. 3, p. 581-601, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00581.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.